

38º Encontro Nacional CFESS/CRESS

Carta de Campo Grande

Os(as) 234 participantes, entre delegadas(os) de base e direção, observadoras(es) e convidadas(os) reunidas(os) no 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS, entre os dias 06 e 09 de setembro de 2009, representando o CFESS e os CRESS, com sua base de aproximadamente 91 mil assistentes sociais brasileiros, vêm a público manifestar sua indignação e posição ética política frente às condições econômicas, sociais e de vida da maioria da classe trabalhadora, que vive os efeitos cotidianos da crise do capital.

A crise, que atinge, de forma mais destrutiva, os países da periferia do capitalismo, é mais uma crise de superprodução, uma crise estrutural que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana.

Desde meados dos anos 1970, sob a égide da mundialização financeira e do neoliberalismo, os gestores do Estado burguês desregulam o mercado, precarizam as relações de trabalho, destroem direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, fragilizam o papel do Estado em seu dever de garantia de direitos e políticas públicas, e transformam a sociedade em um grande cassino, onde a especulação reina nas transações bancárias e imobiliárias.

Muitas das operações especulativas são muito próximas à fraude, estimulando aplicações para produtos financeiros de alta rentabilidade, mas descolados do mundo real e das necessidades humanas, o que criou um intenso movimento especulativo ancorado em uma base expúria de transações e sem compromisso algum com investimentos produtivos capazes de gerar empregos estáveis.

As conseqüências dessa crise estrutural são incalculáveis e ainda não se revelaram plenamente, donde não procede qualquer afirmação sobre o seu fim. Já se sabe que até o final de 2009 serão ceifados 51 milhões de empregos em todo o mundo e 23 milhões somente na América Latina e Caribe. As tendências já são conhecidas: aumento da terceirização, informalidade, prestação de serviços sem regulação, destruição de postos de trabalhos, menos empregos na indústria e agricultura. Ainda que possa ocorrer breves momentos de recuperação econômica, as análises mais otimistas afirmam que a reposição das milhões de vagas que desaparecerão será num ritmo inferior às possibilidades de “reaquecimento” e recomposição da economia. Ou seja, o que se vislumbra é uma condição estrutural de perda e reorganização de postos de trabalho

com desaparecimento de cargos e salários estáveis, sobretudo na indústria. A tendência, portanto, é de ampliar a já bárbara e inaceitável concentração de renda e riqueza, que, no Brasil, permite que 1,87 milhão de pessoas (1%) detenha 13% da renda do trabalho, enquanto 18,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras (10% mais pobres) ficam com apenas 1,1%. Essa tendência se agrava, ainda mais, pela estrutura tributária brasileira, extremamente regressiva, que extrai da classe trabalhadora a maior parte da renda do trabalho.

Os efeitos para os direitos e políticas públicas são imediatos: aumento da concentração das propriedades rurais e urbana, reprimarização da economia dos países periféricos, agravamento do desemprego, redução do valor dos salários, restrição no acesso aos direitos previdenciários, diminuição de recursos para as políticas públicas e corrosão da sociabilidade, que alimenta a violência e atinge de maneira assustadora a juventude, fazendo com que um em cada 500 jovens não chegue aos 19 anos no Brasil.

Por isso, nós, assistentes sociais, reafirmamos nossos valores e princípios, comprometidos com a emancipação humana e a construção de uma nova ordem social, livre de toda forma de exploração e mercantilização da vida. A realização desse projeto requer mediações e desafios permanentes e cotidianos com a luta pela universalização das políticas sociais; ampliação e efetivação dos direitos nos marcos do artigo 6^o da Constituição Federal; ampliação do acesso ao ensino público, gratuito, presencial, laico e de qualidade em todos os níveis; desconcentração da terra e da propriedade; redistribuição da renda e riqueza; garantia de alocação do orçamento público nas políticas sociais e fim de sua utilização para pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Neste momento sócio-histórico de barbárie produzida pelo capital reforçamos nossa luta estratégica na defesa da seguridade social nos marcos definidos na “Carta de Maceió”. Afirmamos, em particular, nosso compromisso com a defesa da Lei “Maria da Penha” (Lei 11.340/2006) e contra ações que questionam sua constitucionalidade no âmbito do judiciário e do legislativo. Destacamos a relevância da aprovação de posicionamento favorável à descriminalização do aborto, neste Encontro Nacional. No Brasil, o aborto inseguro representa um grave problema de saúde pública uma vez que mais de 1 milhão de mulheres, predominantemente pobres e negras, praticam aborto clandestino, resultando em 250 mil internações pelo Sistema Único de Saúde para tratamento de suas complicações e transformando-o na 4^a causa de morte materna. Consideramos que todas as mulheres precisam ser reconhecidas como sujeitos éticos

capazes de decidir com liberdade e responsabilidade sobre quando, se querem ou não ter filhos/as e quantos. A maternidade não pode ser compreendida como destino e sim como escolha livre e autodeterminada das mulheres. Por isso reivindicamos uma política de saúde integral e universal para as mulheres que garanta o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Reafirmamos, mais do que nunca, nosso compromisso com as lutas históricas da classe trabalhadora e contra as ações que procuram inibir, obstaculizar e coibir suas formas de resistência e de organização coletiva. A criminalização dos movimentos sociais e/ou de suas lideranças revelam profunda violação dos direitos humanos e de ruptura com as conquistas democráticas historicamente construídas. Silenciar os movimentos sociais é uma explícita tentativa de impor os interesses econômicos, políticos e culturais que favorecem ao capital e tentam impedir a capacidade de resistência. A criminalização submete mulheres e homens inseridos nas mais diferentes lutas à violação da liberdade de expressão, da sua dignidade e dos seus direitos políticos, além de serem impedidos de agir como sujeitos históricos que almejam mudanças efetivas na sociedade.

Estamos “atentas/os e fortes” e expressamos com absoluta convicção teórico-ético-política que as transformações das condições objetivas e subjetivas da maioria da população dependem da socialização da riqueza socialmente produzida. Somente assim abre-se a possibilidade histórica de superação da desigualdade social e construção de uma sociedade com igualdade e liberdade real e concreta instituídas na vida cotidiana.

Nossa agenda tem explícita vinculação a um projeto societário de emancipação humana. A articulação da profissão com movimentos sociais da classe trabalhadora é, mais do que nunca, essencial, pois fazer história requer lutas coletivas, conforme já anunciava há 30 anos o Serviço Social Brasileiro, quando ousou romper com o conservadorismo e construir um projeto de profissão comprometido com a classe trabalhadora, que tem nos possibilitado “*Organizar a esperança, conduzir a tempestade, romper os muros da noite. Criar sem pedir licença um mundo de liberdade...*” (Pedro Tierra).

Campo Grande- MS, 09 de setembro de 2009.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)

Aprovada na Plenária Final do 38º. Encontro Nacional CFESS/ CRESS, realizado de 06 a 09 de setembro de 2009 em Campo Grande-MS.